



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Há dias, o Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) detectou um caso de corrupção no sector privado, em que alguém, a pretexto de uma empreitada, cobrou quantias abusivas a trabalhadores não residentes, tendo ainda procedido à retenção total ou parcial dos seus salários, como garantia de não serem despedidos e também a título de despesa para os apoiar na procura de trabalho com melhores condições. Foi também detectado um caso, também envolvendo trabalhadores não residentes, de retenção de cartões ATM da conta ordenado, e respectiva *password*. E ainda um outro caso, mais uma vez envolvendo trabalhadores não residentes, os quais eram obrigados, sob violência e ameaça de despedimento, a pagar uma quantia mensal. Mas estes casos são, apenas, uma ponta do icebergue.

Têm sido desde sempre frequentes situações como a retenção ilegal de salários, a cobrança abusiva de determinadas quantias, e até o pagamento de parte dos salários. A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) e as respectivas associações têm recebido e tratado várias queixas e casos semelhantes registados em diversos sectores, tendo mesmo a Polícia Judiciária (PJ) identificado dezenas de trabalhadores não residentes cujos documentos de identificação e cartões ATM tinham sido retidos. Porém, estas situações continuam a existir e, o que mais insatisfação causa, é a dificuldade de sentar os infractores no banco dos réus devido às lacunas existentes na Lei e no Sistema, apesar de em alguns dos casos os queixosos conseguirem



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

retomar as quantias retidas.

As situações de exploração dos trabalhadores não residentes continuam a existir, e já vêm de longe, especialmente no sector da construção civil. Isto demonstra as falhas existentes no regime de importação de mão-de-obra e nos mecanismos de fiscalização, bem como as grandes lacunas existentes no regime de empreitadas no sector da construção civil. O que é que o Governo vai fazer em relação a este assunto?

Sendo assim, interpelo a Administração sobre o seguinte:

1. Em casos de natureza idêntica aos acima referidos, os trabalhadores não residentes lesados encontram-se numa posição frágil, e para não perderem o emprego, nem sequer ousam apresentar queixas, razão pela qual não conseguem defender os seus próprios direitos e interesses. Por outro lado, os serviços competentes encontram dificuldades em acompanhar a situação devido não só às dificuldades na recolha de provas mas também à insuficiência das mesmas. Para além do reforço da eficácia ao nível da fiscalização e da execução da lei, de que medidas dispõe ainda a Administração para incentivar aqueles trabalhadores a denunciarem a situação?

2. Estas infracções, que parecem não mais ter fim, não serão a demonstração da existência de lacunas no nível da fiscalização e execução



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

da lei? Neste momento, para além da apresentação de queixas por iniciativa dos lesados, a Administração tomou a iniciativa de verificar e fiscalizar as situações de infracção cometidas sobre estes trabalhadores? Se sim, de que forma procedeu à fiscalização? Se não, porque razão não o fez?

3. Desde o regresso de Macau à Pátria, quantas queixas recebeu a DSAL relacionadas com a retenção de salários de trabalhadores não residentes? Quantos trabalhadores conseguiram reaver os frutos do trabalho alcançados com o seu suor e sangue? Normalmente como é que a Administração trata das infracções cometidas por entidades ou indivíduos? O Gabinete para os Recursos Humanos pune as entidades infractoras? Se sim, quantos casos foram acompanhados? De que medidas dispõe a Administração? Os serviços responsáveis pela autorização e fiscalização da importação de mão-de-obra, quando recebem queixas de natureza análoga às acima mencionadas, devem, no âmbito das suas próprias competências e atribuições, proceder ao respectivo acompanhamento e inspecção da situação, no sentido de reduzir a ocorrência de casos semelhantes. Os referidos serviços fazem isso?

13 de Julho de 2011.

A Deputada à Assembleia Legislativa, Kwan Tsui Hang.